



12/4

Processo Administrativo nº 011/2022.

Requerente: Rafael Pereira Brito

Requeridos: Manoel do Nascimento filho (Locutor), José Fagner Rodrigues Barbosa (Juiz de Pista); Ronielson Bezerra dos Santos (Juiz da Alternativa) e Epitácio Luiz de Melo Filho (Juiz da Alternativa)

DECISÃO

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitações dos Sr. Rafael Pereira Brito, através requerimento/denúncia encaminhado para o e-mail da ABVAQ na data de 26.04.2022.

Na denúncia o requerente pleiteia abertura de PA para apuração de possível erro no julgamento do seu boi, senha 1037, durante a Etapa da Copa Bolero, realizada no Parque Burity, na cidade de Ingá/PB.

Em seu requerimento, o competidor informa em síntese que na sua visão o *"boi balançou 6-7 vezes sem que tomassem a frente, e o locutor não deu retorno (onde a regra fala que é retorno se balançar 2 x 180º), o Juiz (José Fagner Rodrigues), como consta no vídeo falando com voz alterada ameaçando e destratando o competidor, ao invés de dar o retorno já que o locutor não viu e deveria ter visto, dá zero; peço o boi na TV, os juízes da comissão com mais calma analisam confirmam que o boi girou várias vezes, dizem que o locutor e o juiz de cima erraram e julgam o boi zero novamente."* Alegou, ainda, que tal fato ocorreu na terceira rodada (rodada que classificava), o que lhe prejudicou. Solicitando, ao final, abertura de processo administrativo e, após apuração, punição dos profissionais envolvidos.

Diante da denúncia recebida, o Presidente da ABVAQ nomeou a presente comissão de julgamento, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

De pronto, foi requerido encaminhado Notificação à Comissão de Julgamento de Boi da ABVAQ, que solicitasse às imagens da referida apresentação e em



seguida providenciasse parecer técnico acerca dos julgamentos questionados, de acordo com as normas contidas no Regulamento Geral de Vaquejada e no Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ.

Na data de 28.06.2022, a Comissão de Julgamento de Boi da ABVAQ emitiu parecer técnico no sentido de os julgamentos, tanto pelo juiz de pista, quanto pela comissão alternativa, foram corretos, destacando que *"As imagens mostram que o boi foi impedido de passar pelo lado certo (lado esquerdo), ou seja, sempre que o boi tentou passar os dois competidores estavam a sua frente e dificultando a passagem do bovino. Desta forma, o julgamento desempenhado pelos juízes, tanto na pista quanto na alternativa foi correto, tendo em vista que os competidores impediram a passagem do boi sempre que o bovino tentou passar. Assim sendo, o julgamento desta apresentação foi equânime e alinhado com o que versa o regulamento geral de vaquejada da ABVAQ"*.

Os requeridos foram citados para integrarem ao presente processo administrativo, bem como intimados para apresentarem defesa.

Apenas os requeridos Epitácio Luiz de Melo Filho e Ronielson Bezerra dos Santos juntaram, de forma tempestiva, suas defesas (fls. 19 e 21). Já os requeridos Manoel do Nascimento Filho e José Fagner Rodrigues Barbosa, mantiveram-se inertes.

Foi designada audiência para ouvida das partes e testemunhas. Sendo tal audiência realizada na data de 26/07/2022, através do aplicativo Google Meet, devidamente gravada, cuja mídia encontra-se arquivada na ABVAQ, em pasta vinculada ao presente processo administrativo.

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir:

De início, entende esta Comissão que o presente processo está pronto para julgamento, não havendo necessidade de mais dilação probatória, uma vez que a mídia juntada aos autos e as declarações das partes e testemunhas elidem a necessidade de produção de novas provas.

No que pese a não apresentação da defesa por parte dos requeridos Manoel do Nascimento Filho e José Fagner Rodrigues Barbosa, esta comissão reconhece a revelia dos mesmos, contudo, entende necessário e prudente avaliar os seus respectivos

2



efeitos, com base nas provas colecionadas aos autos, inclusive nos depoimentos prestados pelos citados requeridos em audiência.

Como não foram suscitadas questões preliminares, passamos diretamente ao mérito da demanda.

A presente lide versa sobre a interpretação que foi dada no julgamento do boi, entendendo os juízes em questão que a dupla impediu a passagem do boi, ainda dentro da área da faixa de tolerância, quando este tentava descer pelo lado correto. Bem como possíveis excessos praticados pelos profissionais envolvidos no julgamento do boi em questão.

No que pese a questão do número de giro do boi em relação ao brete e, ainda, no que diz respeito ao impedimento da passagem do boi, o Regulamento Geral de Vaquejada, em seu art. 18, dispõe:

“Art. 18 – Autorizada a saída do boi e, após sua total saída do brete, os competidores devem posicioná-lo imediatamente para correr, não sendo permitida mais de uma rodada involuntária do boi em direção à porteira do brete, sendo terminantemente proibido dificultar a passagem do boi, sob pena de zero (0).” (original sem grifos).

O dispositivo retro transcrito é bastante claro. Não há dúvidas de que, ao determinar a abertura da cancela, os competidores devem posicionar o boi imediatamente para correr. Não podendo, de forma intencional, balançar o boi, mesmo que seja uma única vez, ou seja, se o boi estiver indo para o lado certo e a dupla de forma intencional o impedir, com o intuito de balançá-lo ou mesmo forçar um retorno, ainda que por uma única vez, o boi deverá ser julgado zero (0).

No caso dos autos, restou claro que o boi buscava passar pelo lado correto, quando os competidores, em especial o vaqueiro de esteira, de forma voluntária, ou seja, intencionalmente, tomaram sua frente. O que, como visto, é vedado no RGV e também no MJB da ABVAQ.

Além das imagens da apresentação e do parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ (fls. 08 a 10), ficou demonstrado nos autos, inclusive através do depoimento das partes que o requerente teve a intenção de não correr o boi,



13/45
A

já que o havia observado em outras apresentações anteriores, sem que os vaqueiros tivessem êxito ao puxá-lo.

Não resta a menor dúvida de que o julgamento feito pelo juiz de pista, ratificado pelos juízes da alternativa, foram corretos.

No que pese a alegação do requerente de que o juiz de pista (Sr. José Fanger) e o juiz da alternativa (Sr. Ronielson) o trataram com falta de respeito, também não merece prosperar.

Nas imagens, fica claro que o juiz de pista (Sr. José Fagner) apenas pede para a dupla colocar o boi para descer, inexistindo qualquer tipo de ameaça de julgar zero ou falta de respeito com o competidor. Cumpre destacar os áudios colhidos na filmagem, onde o citado juiz apenas diz: *"bora, bora,... por traz do boi... bora, bora, assim o boi não passa não compadre... bora... por traz do boi... bora esteira... por traz do boi... pode deixar... o boi é zero"*.

Em relação ao juiz da comissão alternativa (Sr. Ronielson), o requerente não fez qualquer prova de que o citado requerido o tenha tratado com falta de respeito e educação. Pelo contrário, as testemunhas ouvidas nos autos, de forma segura, em seus depoimentos afirmaram que em nenhum momento o requerente foi destrutado pelos profissionais de trabalho.

Por fim, no que diz respeito à alegação do requerente de que os juizes da comissão alternativa julgaram juntos o boi, também restou demonstrada sua improcedência, uma vez que as duas testemunhas ouvidas nos autos afirmaram que os requeridos julgaram o boi separadamente, e apenas quando foram justificar o julgamento ao requerente, realizaram de forma conjunta.

Diante do exposto, entende esta Comissão, por unanimidade, julgar pela improcedente a denúncia apresentada pelo requerente.

Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral. Após decisão do Presidente, os autos devem voltar a esta Comissão para o devido prosseguimento.

Após decisão do Presidente da ABVAQ, intimem-se as partes, encaminhando cópia deste decisão, bem como providenciem sua regular publicação no site da associação.



PA 46
4

Transcorrido o prazo sem apresentação de recurso, archive-se!

João Pessoa/PB., 27 de julho de 2022.

Valter Lequino Júnior

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão

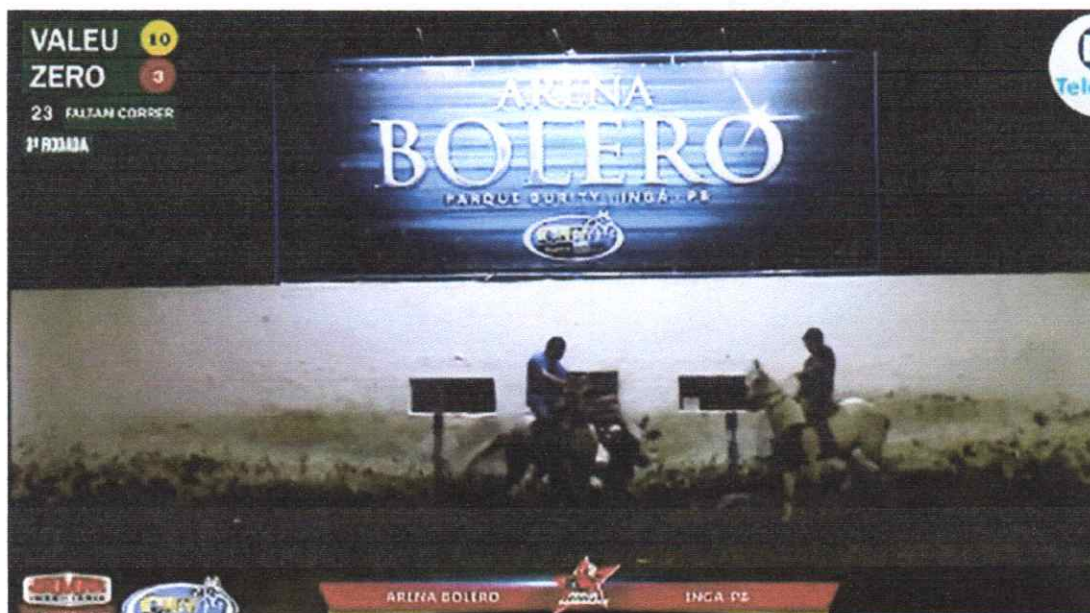
Valter

Parecer técnico sobre julgamento de boi em vaquejadas cancelada pela ABVAQ 2021.

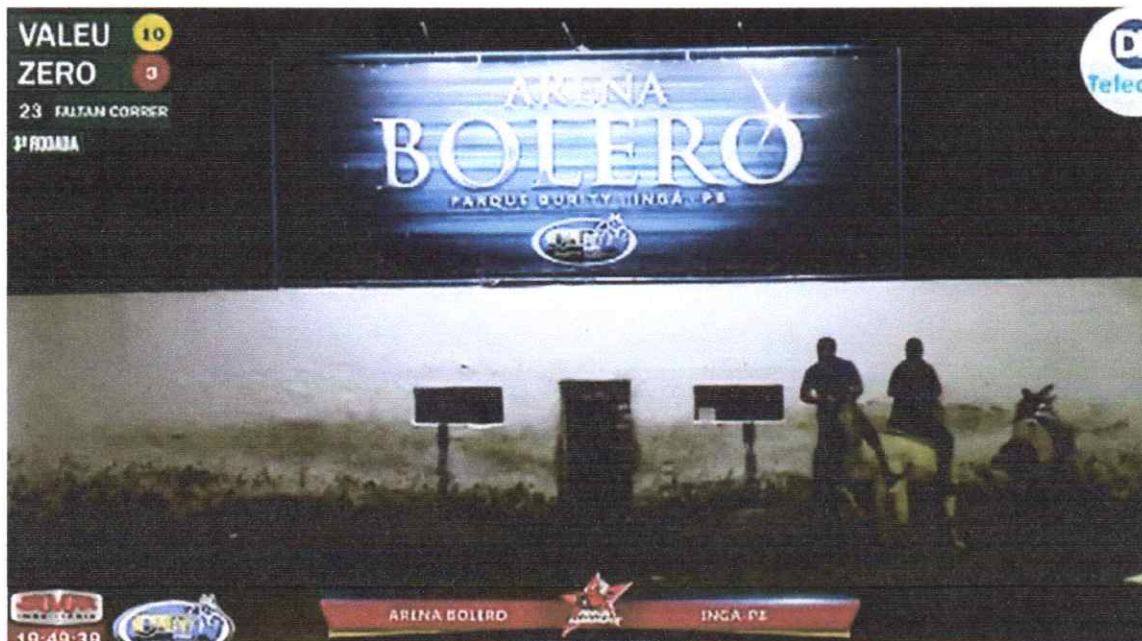
A apresentação aconteceu dia 24 de Abril de 2022, durante a Etapa do Circuito Copa Bolero de Vaquejada (CBV), no Parque Burity, localizado na Cidade do Ingá, estado de Paraíba. O competidor **Rafael Brito** (puxador) e **Companheiro** (esteira), se apresentou na senha 1037, na rodada da disputa final da categoria Aspirante, em um boi de cor lavrada (preto e branco), conforme imagens e informações fornecidas pelo solicitante puxador competidor. Na solicitação, o solicitante, reivindica que o julgamento dessa apresentação foi equivocado e pedem providências da ABVAQ. Para o solicitante, o boi é que não queria correr e os competidores não tomaram a frente e nem impediram o boi correr, como alegaram os julgadores no evento. O Juiz da pista, Sr José Fagner, julgou zero(0). A dupla solicitou o julgamento da comissão alternativa, os Senhores Ronielson Bezerra e Epitácio Luiz, juízes da alternativa, julgaram zero (0).

Parecer Técnico da ABVAQ:

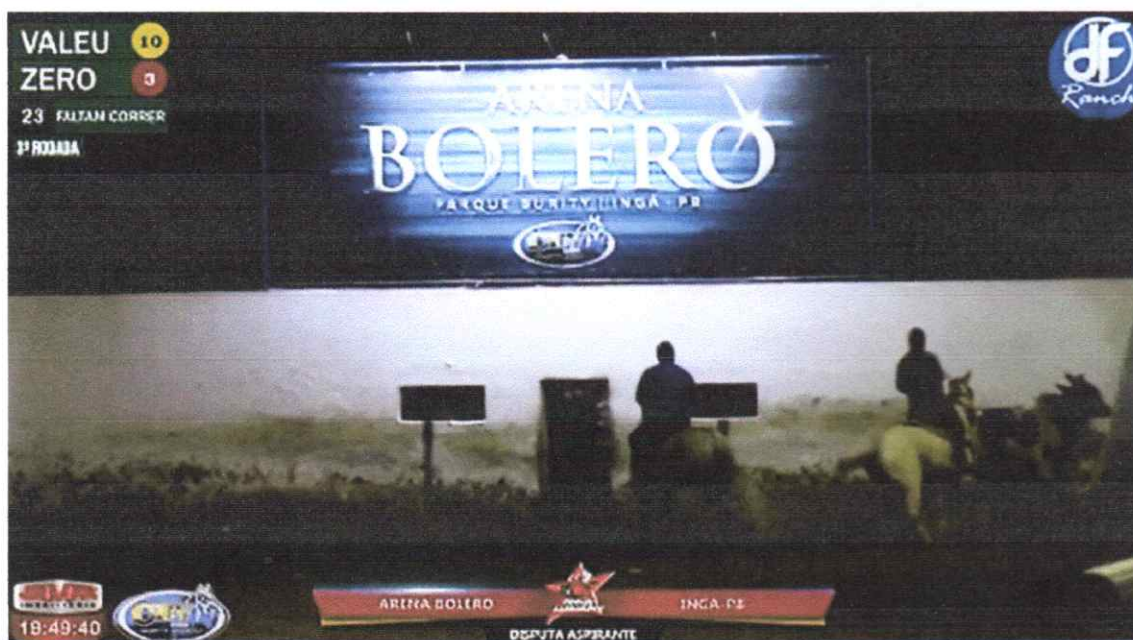
Em análise técnica, realizada com as imagens oficiais do evento citado pelo solicitante, e conforme consta do regulamento geral de vaquejada da ABVAQ, publicado no Diário Oficial da União em 17 de agosto de 2017, por recomendação do Ministério da Agricultura, por entender que este regulamento atende os requisitos necessários para a preservação do bem estar animal em eventos dessa natureza, chegamos a conclusão que:



1. Saída do brete normal.



2. Neste momento o boi gira 180° pela primeira vez, sendo que os dois competidores estão à frente do bovino, quando o boi busca passar pelo lado certo(lado esquerdo).



3. Neste momento o boi busca passar pelo lado certo(lado esquerdo), mas os dois competidores estão à frente do bovino, impedindo a passagem do boi.


Conforme o que diz o Artigo 18 do Regulamento geral de Vaquejada da ABVAQ, no seu Parágrafo Primeiro, Art. 18 – Autorizada a saída do boi e, após sua total saída do brete, os competidores devem posicioná-lo imediatamente para correr, não sendo permitida mais que uma rodada involuntária do boi em direção à porteira do brete, sendo terminantemente proibido dificultar a passagem do boi, sob pena de zero(0).

Parágrafo Primeiro: Entende-se por dificultar a passagem do boi, quando o bovino estar totalmente fora do brete, buscando passar pelo lado certo e os dois cavaleiros à sua frente, ou seja, estando pelo lado certo, os dois competidores não podem ficar na frente do boi, caso isso aconteça e o boi volte, será julgado zero (0). As imagens mostraram que o boi foi impedido de passar pelo lado certo(lado esquerdo), ou seja, sempre que o boi

tentou passar os dois competidores estavam a sua frente e dificultando a passagem do bovino. Desta forma, o julgamento desempenhado pelos juízes, tanto na pista quanto na alternativa foi correto, tendo em vista que os competidores impediram a passagem do boi sempre que o bovino tentou passar. Assim sendo, o julgamento desta apresentação foi equânime e alinhado com o que versa o regulamento geral de vaquejada da ABVAQ.

10
#

João Pessoa – PB, 28 de Junho de 2022.



Jorge Anastácio de Araújo
Coordenador de Regulamento da ABVAQ